



**CONQUISTA!**

## Bancos NÃO DEMITIRÃO durante a pandemia

A disseminação do coronavírus (COVID 19) mudou a rotina dos bancários em todo o Brasil. Para garantir a segurança da categoria, a Contraf-CUT apresentou uma série de reivindicações à Fenaban. Além do direito de trabalhar em casa temporariamente, como medida de segurança e equipamentos de proteção, os bancários também arrancaram dos bancos um compromisso muito importante: não demitir e não cortar direitos enquanto durar a pandemia. **PÁGINAS 2 E 3**

Contraf-CUT pede que a Caixa respeite a jornada de trabalho dos empregados

**PAGINA 3**

**CUT DENUNCIA:**  
Governo joga a conta da crise nas costas dos trabalhadores

**PAGINA 4**



Bancos se beneficiam da MP 927. Sindicatos repudiam

**PAGINA 4**

# Pandemia exige mudança na rotina dos bancários

## MAIS DA METADE DA CATEGORIA ESTÁ EM HOME OFFICE

**Conquista para a saúde e segurança da categoria se deu após cobrança do Comando Nacional dos Bancários**



Última reunião presencial do Comando Nacional, no dia 16/03, antes da decretação do isolamento social em São Paulo

A pandemia do coronavírus (COVID 19) mudou a rotina dos bancários e bancárias em todo o país. Sabendo da importância do trabalho bancário para a população, mas também ciente da facilidade de transmissão da COVID 19 e que, à exceção dos profissionais de saúde, a categoria bancária é uma das mais suscetíveis à doença, o Comando Nacional dos Bancários entrou logo em ação. Junto com a Fenaban, criou um comitê nacional de monitoramento nas agências bancárias e garantiu uma série de medidas de segurança. Inédito na história, hoje mais de 250 mil bancários e bancárias estão trabalhando de casa, em sistema de home office. Isto representa 51% da categoria.

O comitê apresentou 17 rei-

vindicações aos bancos, com várias medidas já implementadas. Entre elas estão o fornecimento obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) como álcool gel, máscaras e luvas, tanto para os que estão trabalhando em casa quanto para os bancários escalados para o atendimento presencial, nas agências. Nesse caso, o rigor é maior.

### PROVIDÊNCIAS

O Comando solicitou a instalação de placas de acrílico para diminuir o contato entre bancários e clientes e agendamentos por telefone, antes de o usuário se dirigir à agência. O atendimento presencial é apenas para os casos de extrema necessidade como, por exemplo, os idosos que não tenham

como usar outro meio e dependam do atendimento para sua sobrevivência. A medida visa evitar aglomerações, especialmente na Caixa Econômica Federal, onde o movimento tende a ser maior por se tratar de um banco público e que é responsável pelo pagamento de benefícios sociais.

### SEM DEMISSÕES

Um dos compromissos firmados pelos bancos é que enquanto durar a pandemia não haverá demissões, imposição de metas e retirada de direitos.

De acordo com a coordenadora do Pactu e diretora do Seeb Campo Mourão, Nivalda Sguisardi, essas medidas são necessárias para impedir a propagação da doença e amenizar a apreensão que existe entre os bancários. "Muitos temiam a demissão pelo descumprimento de metas, outros por deixar de trabalhar em virtude das medidas tomadas contra o contágio e a propagação da doença".

A dirigente avisou que os Sindicatos do Pactu também estão atentos, monitorando a distribuição de EPIs e outras medidas de segurança nas agências.

Por outro lado, os bancários estão sendo orientados a atentar-se às medidas de prevenção e, em caso de descumprimento por parte dos bancos, denunciar imediatamente ao sindicato.

## Comando Nacional faz balanço das medidas e apresenta novas reivindicações

Em reunião realizada no dia 13/04, com o Comando Nacional dos Bancários, a Fenaban apresentou um balanço das medidas já realizadas para o enfrentamento à pandemia causada pelo novo coronavírus que tinham sido reivindicadas pelo Comando, como colocar o maior número possível de bancários em home office e todas as medidas de proteção para quem está trabalhando.

O trabalho em home office envolve mais de 250 mil bancários. Em casa, os trabalhadores estão mais seguros. No entanto, uma das grandes conquistas foi a garantia de que não haverá corte de direitos e de empregos.

Também estão entre as reivindicações a distribuição de kits de proteção, organização de filas contra aglomeração de pessoas nas agências e atendimento com hora marcada, para casos de urgência. A pedido do Comando, alguns bancos estão implantando barreiras de acrílico nos pontos de atendimento, para evitar contato com os clientes.

**MPs** – Sobre as medidas editadas pelo governo, sobretudo a MP 927, o Comando Nacional cobrou respeito e a valorização da mesa de negociação coletiva.

"As medidas provisórias editadas pelo governo afrouxam as regras para o trabalho remoto, banco de horas, férias individuais e coletivas, redução de jornada e suspensão de contratos e possibilita que estes mecanismos sejam implementados sem negociação com os sindicatos", avisou a Contraf-CUT.

## DURANTE A PANDEMIA



# Após pressão, bancos suspendem demissões

Repetindo o que já haviam feito o Itaú e o Santander, o Bradesco também assumiu com o Comando Nacional o compromisso de não demitir bancários durante o período em que durar a pandemia do coronavírus (COVID-19).

O Bradesco garantiu ainda que vai distribuir máscara de acrílico a todos os bancários que estão nas agências fazendo o atendimento da população e máscaras de pano para os bancários de departamento. O banco disse ainda que flexibilizará o final do plano do Seguro Bradesco para os trabalhadores que saíram no PDV em 2018 e tiveram seus planos encerrados agora, durante a pandemia.

O Itaú havia feito o comunicado uma semana antes. O banco se comprometeu a suspender as demissões durante a pandemia e informou que os prêmios do Programa AGIR serão pagos de acordo com a pontuação média apurada durante os meses de dezembro,

janeiro e fevereiro.

Anteriormente, o Itaú já havia anunciado a antecipação do pagamento do 13º salário integralmente aos funcionários até o dia 27 de abril e o horário de atendimento diferenciado: das 9h às 10h aos aposentados, beneficiários INSS, idosos e gestantes e das 10h às 14h o atendimento será feito em contingência para o público geral.

“É uma vitória do movimento sindical na defesa dos interesses dos bancários. O momento exige que a vida das pessoas seja priorizada e consideramos de extrema importância garantir tranquilidade e segurança aos trabalhadores neste difícil período”, enfatizou Wendrel Minare Vieira, diretor do Pactu em Paranaíba. “É mais uma amostra da importância da negociação permanente que o Comando Nacional dos Bancários estabeleceu com a Fenaban”, avaliou o diretor.

## Contraf-CUT quer que Banco do Brasil preserve os direitos do funcionalismo



Em função das medidas de isolamento e quarentena implementadas para evitar a propagação da COVID-19, diversas atividades profissionais e bancárias foram impactadas. Por isto, a Contraf-CUT enviou ofício à direção do Banco do Brasil, solicitando uma série de reivindicações para garantir direitos dos empregados.

Uma das solicitações é a suspensão, até a normalização das atividades funcionais e o fim do estado de calamidade pública no país, dos descomissionamentos, de processos administrativos disciplinares e demissionais que estejam em curso no banco. Nesses processos, os funcionários precisam buscar orientações jurídicas, ter acesso a documentos, arquivos e outras informações necessárias para conseguir preparar suas defesas e recursos de forma adequada. Isto não tem sido possível no momento, devido à mudança na rotina de trabalho. Muitos, inclusive, estão trabalhando em home office. A Contraf-CUT avalia que é necessária, portanto, a suspensão dos processos para não dificultar a justa defesa dos trabalhadores.

## DENÚNCIA

Bancários exigem respeito à jornada de trabalho na CEF



A Contraf-CUT, através da Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa Econômica Federal enviou um ofício ao banco reivindicando que o banco respeite a jornada de trabalho e o intervalo intrajornada. O pedido foi motivado pelas denúncias que os sindicatos de todo o Brasil estão recebendo, de que os gestores demandam e marcam videoconferência a qualquer horário, sem resguardar os limites da jornada de trabalho e o intervalo para repouso e alimentação. O diretor do Pactu em Toledo, Zelário Bremm, explica que essa atitude dos gestores pode acarretar problemas na saúde física e mental dos empregados. “Todos estamos passando por momento de muita pressão psicológica e a ansiedade pode diminuir a imunidade e consequentemente aumentar o adoecimento”, observou.

# Governo e Congresso atacam direitos trabalhistas

Aprovação da MP 905 é golpe contra a categoria bancária. Perdas podem ser enormes



momento de grave crise sanitária, econômica e social, o governo Bolsonaro e o Congresso dão aos patrões esse presente, mas para os trabalhadores os resultados dessa MP podem ser desastrosos. No final das contas, é uma minirreforma trabalhista que precariza mais as relações e as condições de trabalho”, conclui Eunice. Outro perigo apontado por ela é que, se aprovada pelo Senado, essa Medida Provisória pode ter efeito permanente, pois ela pode ser reeditada a cada dois anos.

## O Pactu avisou

Exceto a tragédia social que está sendo causada pela pandemia, é bom lembrar que o PIB de 2019 foi na casa de 1%, sem pandemia, e em tese, sem corrupção. Ou seja, um crescimento pífio. E os economistas já apontavam uma situação igual ou pior em 2020.

O bancário e dirigente sindical em Toledo, Zelário Bremm, lembra que o Pactu vem, desde os movimentos da retirada da presidenta Dilma, que seria golpe contra os trabalhadores. Para aqueles que achava se tratar de ideologia política, vejam a tragédia a seguir: Temer ajuda o golpe e faz uma reforma trabalhista que muda mais de 200 pontos da CLT, acabando com muitos direitos dos trabalhadores e flexibilizando outros. Em seguida, numa campanha polarizada ideologicamente em que demonizaram o melhor projeto para os trabalhadores (que na visão da CUT era o projeto de Fernando Haddad e que o Pactu apoiou) elegeram-se um uma espécie de herói hollywoodiano, um candidato que se declarava ignorante em relação à economia e tinha como principal proposta liberar o uso de armas pela população.

Hoje, 13 meses após empossado, o herói penalizou os trabalhadores com uma reforma da Previdência que dificulta a aposentadoria dos pobres e enche os cofres dos ricos, principalmente dos banqueiros que vendem previdência privada. Zelário afirma ainda que as mais recentes medidas desse governo, como as MPs 905 e 927, é uma complementação da reforma trabalhista, retirando direitos dos trabalhadores iniciada por Temer.

## MP 936 não evitará o caos

Para o presidente da CUT, Sérgio Nobre, a prioridade do Brasil neste momento é combater a pandemia. No entanto, ele lembra que a recuperação da economia também será um grande desafio. A Medida Provisória (MP) 936 pode dar um socorro momentâneo aos desempregados. Porém, economistas são unânimes em prever que o resultado dessa crise gerada pela pandemia, no médio prazo, será o fechamento de empresas e desemprego em massa.

## DESEMPREGO

**EM MASSA** - Para a CUT, o segundo semestre deste ano terá desemprego em massa. Sérgio Nobre afirma que o Brasil vai precisar de um novo projeto econômico, onde o governo deverá taxar as grandes fortunas e exigir que os mais ricos, como os bancos, por exemplo, dividam com a sociedade parte da sua riqueza para que o país possa encontrar novamente o caminho do desenvolvimento. E já existem, no Congresso Nacional, vários projetos propondo a taxa de grandes fortunas. Um deles propõe, por exemplo, a criação do Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF), que seria de 0,5% para quem tem patrimônio líquido superior a R\$ 22,8 milhões. O projeto é de 2019 e, se tivesse aprovado, hoje o governo teria mais recursos para atender os trabalhadores, socorrer as empresas e combater a pandemia.

A Contraf-CUT e o Comando Nacional lutaram muito para que a Medida Provisória (MP) 905 não fosse aprovada pela Câmara dos Deputados, mas não adiantou. Na madrugada do dia 14/04 os parlamentares governistas conseguiram aprovar a matéria, sob o pretexto de incentivar o crescimento econômico e aumentar o número de postos de trabalho ao instituir a chamada carteira verde e amarela. No entanto, a Medida altera mais de 100 dispositivos da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) o que pode resultar em grandes perdas à classe trabalhadora.

Na avaliação do bancário e coordenador da CUT Noroeste, Edilson José Gabriel, a categoria bancária será uma das mais prejudicadas. Isto porque a MP permite o trabalho bancário aos sábados e feriados, jornada de 8 horas e ainda altera as regras da PLR. É tudo o que os banqueiros queriam, mudanças como o aumento da jornada de trabalho e a abertura aos sábados, que eles tentaram impor em negociações, mas não conseguiram implementar por força da mobilização da categoria.

Já para a bancária Leonice Casarin de Mattos Silva, coordenadora da CUT Regional Centro Ocidental, a MP 905 permite a utilização exclusiva de metas individuais e a negociação direta com o trabalhador bancário, excluindo a participação dos sindicatos. “Agora, num